



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete Des. Helena Caúla Reis



104

HABEAS CORPUS Nº 202720-9 (JABOATÃO DOS GUARARAPES – 1ª Vara Criminal)

IMPETRANTE: Vilma Baracho Barros

PACIENTE: Renato Baracho Barros

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

EMENTA: Constitucional. Penal. Processual Penal. Habeas Corpus liberatório. Paciente denunciado pelo delito tipificado pelo art. 157, §3º, do Código de Penal Brasileiro. Arguição de equívoco na classificação do delito imputado. Matéria de mérito incompatível com a via estreita do writ. Pleito de liberdade provisória, sob a alegação de inexistência de fundamentos autorizadores para segregação cautelar e condições pessoais favoráveis do paciente, que consiste em mero reiterativo de pedido. Fundamento não conhecido, posto que apreciado anteriormente. Alegação de excesso de prazo. Inocorrência. Sumário da culpa concluído. Inteligência da Súmula 52. Ausência de constrangimento ilegal. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus nº 202720-9, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, em que figuram, como impetrante, Vilma Baracho Barros, e, como paciente, Renato Baracho Barros, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia 16 de dezembro de 2009, por decisão unânime, em denegar a ordem do presente habeas corpus, tudo consoante consta do parecer, relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

Des. Antônio de Melo e Lima
Presidente em exercício

Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desa. Helena Caúla Reis



HABEAS CORPUS Nº 202720-9 (JABOATÃO DOS GUARARAPES - 1ª Vara Criminal)

IMPETRANTE: Vilma Baracho Barros

105

PACIENTE: Renato Baracho Barros

RELATORA: Desa. Helena Caúla Reis

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de ordem de *habeas corpus*, com pretensão liminar, manejado por Vilma Baracho Barros, em favor de **Renato Baracho Barros**, qualificado às fls. 02 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes/PE.

Informa a impetrante, na exordial de fls. 02/05, que o paciente foi preso e autuado em flagrante delito, em 10/04/2009, pela prática do ilícito previsto no art. 157, §3º, do Código de Penal Brasileiro.

Sustenta a ilegalidade na segregação provisória de seu filho, **Renato Baracho Barros**, a uma, pela ocorrência de equívoco na tipificação do crime feita pelo Ministério Público, e, a duas, pela desnecessidade da referida medida constritiva, em face da ausência de quaisquer dos fundamentos autorizadores da prisão preventiva e, ainda, da favorabilidade das condições pessoais do paciente. Aduz, por outro vértice, a ocorrência de excesso de prazo injustificado para a conclusão do sumário criminal (**Processo nº 222.2009.005395-6**).

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 28/29).

A autoridade impetrada prestou as informações solicitadas (fls. 36/41).

O Ministério Público, nesta Instância Superior, em parecer da lavra do Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Nilton de Araújo Barbosa, opinou pela denegação da ordem (fls. 47/48).

É o relatório.

VOTO

Conforme relatado, as causas de pedir do presente *writ* repousam na sustentação de equívoco na capitulação do tipo descrito na denúncia, e, subsidiariamente, no alegado direito do paciente de ser beneficiado pela liberdade provisória, fulcrado no parágrafo único do art. 310 do



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desa. Helena Caúla Reis



106

Código de Processo Penal, ante a inexistência de motivos que autorizem a preventiva e o fato de que o paciente possui condições pessoais favoráveis para obter tal benefício. Alega, ainda, a impetrante, a ocorrência de excesso de prazo na conclusão do sumário crime.

Instada a se pronunciar sobre as alegações contidas na inicial, a autoridade dita coatora informa que o paciente foi preso em flagrante delito, em 10 de abril de 2009, por infração ao art. 157, §3º, do Código de Penal Brasileiro, momento em que, foi flagrado com um barrote de ferro, com aproximadamente doze centímetros, utilizado como instrumento para roubar Moisés Pedro da Silva Filho, a quem abordou e agrediu, produzindo lesão corporal grave, e, por fim, subtraiu a quantia de dez reais (R\$10,00).

Aduz que, em 04 de junho de 2009, foi determinada a notificação do paciente, para a devida apresentação da defesa preliminar, efetivada na data de 13 de julho de 2009. Esclarece ainda, que, a audiência de instrução e julgamento restou efetivada, em 16 de setembro de 2009, encontrando-se as alegações finais pendentes, aguardando a remessa do Laudo de Perícia Traumatológica, bem assim o instrumento utilizado no crime.

A presente impetração afigura-se improcedente.

Relativamente à arguição de equívoco na classificação jurídica do crime imputado a Renato Baracho Barros, como é cediço, não se presta o presente remédio heróico para esse fim, posto que a discussão para efeito de eventual desclassificação do delito, importa em análise aprofundada e valorativa da prova.

Na verdade, o que pretende a impetrante é revolver matéria de mérito, já apreciada durante a instrução criminal, que deverá, na atual fase processual, ser decidida, por sentença, no Juízo a quo.

Esse é o entendimento esposado pelo Supremo Tribunal Federal:

"Sendo o fato considerado criminoso e havendo indícios de autoria, não se cogita de falta de justa causa. O habeas corpus só é meio idôneo para trancar a ação penal quando o fato não é tipificado nas leis repressivas como crime ou contravenção, ou quando a inocência do acusado seja evidente sem o exame aprofundado das provas" (STF, 2ª Turma, Rel. Min. Paulo Brossard, DJU 12-6-92, p. 9028).

Tampouco é possível conceder a pleiteada liberdade provisória, com fulcro no art. 310, parágrafo único, do Código de Processo Penal. Para tanto, seria necessário, como é sabido, que, de fato, se verificasse a inexistência de hipóteses que autorizassem a prisão preventiva, não sendo o caso dos autos.

É que, sobre a necessidade da manutenção da prisão do paciente, na sessão do dia 23 de setembro de 2009, esta Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, julgou o HC nº

2



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desa. Helena Caúla Reis

107

194925-7, impetrado, também, em socorro do ora paciente, sob a relatoria do Des. Mauro Alencar de Barros, sendo a ordem denegada, à unanimidade de votos.

No mencionado *mandamus*, a ordem foi denegada, à unanimidade de votos, por esta Segunda Câmara Criminal, sob os seguintes argumentos:

Quanto às alegadas condições pessoais favoráveis, como a primariedade, bons antecedentes e residência fixa, reitero o entendimento dos Tribunais Superiores de que estas não têm o condão de, por si só, garantirem ao paciente a revogação da prisão preventiva, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia cautelar.

Em suas informações, o MM juiz em exercício na 1ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes informa que o paciente declinou um endereço residencial que não lhe pertence, o que justifica a manutenção da prisão em face do risco para a instrução criminal e a aplicação da lei penal.

Destaque-se que o respectivo acórdão encontra-se, assim, ementado:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO COM LESÃO CORPORAL GRAVE. ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA E EXCESSO DE PRAZO. AUSÊNCIA DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE. IMPOSSIBILITADO O PEDIDO DE RELAXAMENTO. INVIÁVEL DILAÇÃO PROBATÓRIA EM SEDE DE HABEAS CORPUS. FEITO TRAMITANDO NORMALMENTE. RAZOABILIDADE. MANUTENÇÃO DA PRISÃO. ORDEM DENEGADA."

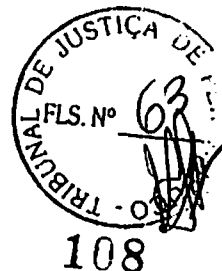
Nesse passo, os fundamentos referentes alegação de ausência dos motivos autorizadores da medida constritiva, bem com a favorabilidade das condições pessoais do paciente, não podem ser conhecidos, dado que tais argumentos já foram, anteriormente, analisados por esta Egrégia Corte, sendo mero pedido reiterativo.

Finalmente, quanto ao alegado excesso de prazo para o julgamento do processo, em que pese, também, tratar-se de renovação de pedido contido no alusivo HC nº 194295-7, merece conhecimento, dado que, conforme orientação jurisprudencial do STF, o referido fundamento "autoriza a reiteração do pedido, por envolver acréscimo de dias, podendo merecer nova qualificação jurídica" (RT 570/429).

A questão, todavia, do que me parece, não envolve maiores discussões jurídicas.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Cadete Reis



a reiteração do pedido, por envolver acréscimo de dias, podendo merecer nova qualificação jurídica" (RT 570/429).

A questão, todavia, ao que me parece, não envolve maiores discussões jurídicas.

É que, como informado pela autoridade judiciária, o sumário criminal já foi encerrado, no aguardo da apresentação das alegações finais, tudo em harmonia com o princípio da razoabilidade, cabendo, portanto a aplicação da Súmula 52 do Superior Tribunal de Justiça:

Isto posto, meu voto é pela denegação da ordem, em total conformidade com o parecer da Procuradoria de Justiça.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

Relator Substituto